

Guerreiro admite nova renegociação

Dívida externa

O governo brasileiro pretende realizar uma nova renegociação da dívida externa: conforme relato da Empresa Brasileira de Notícias (EBN), o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro admitiu, ontem, em São Francisco, nos Estados Unidos, que essa renegociação poderá ser feita antes da definição da sucessão presidencial, que se prevê para 15 de janeiro de 1985.

Desde setembro de 1982, a dívida externa brasileira tem sido renegociada em etapas sucessivas. Agora, o governo desejaria uma nova rodada, pois as taxas de juros internacionais voltaram a subir, atingindo o patamar de 12,5% e há a perspectiva de que cheguem a 15% até o final do ano. O chanceler esclareceu que o governo Figueiredo, sendo responsável, jamais tomaria uma atitude abúlica ou de imobilismo. "Simplesmente porque está nos seus últimos meses, tentará fazer o que puder", observou.

Entre os empresários, no Brasil, já existia a expectativa de uma nova rodada de gestões com os credores



Saraiva Guerreiro

externos, por volta de setembro, tendo como tema central os vencimentos da dívida em 1985. O ministro Guerreiro, no entanto, não deixou claro se essa nova renegociação que o governo pretende ficará restrita ao exercício de 1985 ou se avançará. Mas disse que, na próxima semana, em Brasília, terá uma reunião com os ministros Antônio Delfim Netto, do Planejamento, e Ernane Galvães, da Fazenda, para "coordenarem uma posição comum".

Um fato inédito dessa reunião, pois até agora a renegociação vinha sendo conduzida especificamente pelos ministros da Fazenda, Planejamento e pelo presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore. Consultado por José Casado, deste jornal, em São Paulo, ontem à noite, Pastore disse que nada sabia — "estou recebendo a notícia de vocês e não tenho comentário a fazer".

Ao introduzir o Itamaraty no "front" da gestão com os credores externos, o ministro Guerreiro explícita uma mudança de postura política da sua Pasta: até então, o Itamaraty adotava uma atitude pragmática na relação com os credores. A nota-protesto dos presidentes do Brasil, Argentina e México sobre o agravamento das condições da dívida externa do

cio, em São Paulo, Enrique J. Sosa, que também é presidente do grupo Dow no Brasil, deu o aval da entidade: "A renegociação é necessária, imediata e deve ser encaminhada no plano político, como propõe a nota presidencial. A atitude coletiva dos países latino-americanos é muito positiva, bem vista e já está tendo desdobramentos". Paulo Figueiredo, presidente do grupo Union Carbide e diretor da câmara, complementou: "A avaliação informal indica que, entre os presidentes de empresas americanas instaladas no País, repercutiu muito bem a decisão do presidente da República. A negociação política e coletiva dos países latino-americanos é um bom caminho, e deve ser tentada".

Ontem, em São Francisco, antes de embarcar para o Brasil, acompanhando o presidente Figueiredo na sua viagem de retorno do Oriente, o chanceler Guerreiro desmentiu uma suposta desavença com o ministro Delfim Netto: "Eu tenho a impressão de que a imaginação anda solta e que os mitômanos estão tendo uma grande oportunidade. Isso não tem nenhuma relação com a realidade".

Terceiro Mundo, há três semanas, marcou o primeiro passo desse Ministério em direção à mudança. "A nota do presidente é uma expressão de governo e por ele definida", ressaltou Guerreiro, ontem, nos Estados Unidos.

Percebe-se, no País, uma boa receptividade à nota do presidente e, até, um certo otimismo, nos meios empresariais, quanto a seus desdobramentos. Ontem, por exemplo, ao tomar posse na presidência da Câmara Americana de Comé-